



ESTADO DO PARANÁ

Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO APROVADO EM SESSÃO

DE 20 / 10 / 16

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná

Protocolo No.:1321 / 2016
 Data/Hora:15/09/2016 10:59
 Projeto de Lei:001.515
 Assunto:Acordo Judicial
 Origem:Poder Executivo
 Responsavel: *Gerardo Francisco*
 Camara M. Tres Barras do Pr

PROJETO DE LEI Nº 1515/16

Data 13/09/16

Súmula. Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar acordo judicial, nos autos de ação de cobrança de Licença Especial (Prêmio), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ APROVOU E EU, GERSON FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Três Barras do Paraná, autorizado a fazer acordo judicial nos autos de ação de cobrança de licença especial (prêmio) como abaixo especificamos:

Nome	Autos	Tipo de Ação	Valor (R\$) atualizado	Valor (R\$)
Carla Alves Carvalho	0001411-03.2016.8.16.0065	Cobrança	3.418,14	3.200,00

Parágrafo único. O acordo tem como base o termo de conciliação e acordo firmado entre as partes.

Art. 2º. O valor do acordo é de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), a ser pago até a data de 30/10/2016.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente, como abaixo especificamos:

03.00
 03.01
 0412200032.006
 3.390.91

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
 Ações de Natureza Administrativa
 Sentenças Judiciais

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 16 de setembro de 2016.

Gerardo Francisco
GERSON FRANCISCO GUSSO
 PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PARANÁ

Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

CAPITAL DO FEIJÃO

JUSTIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 1515/16

Visa o presente Projeto de Lei, obter autorização para que o Município possa celebrar acordo judicial nos autos de ação de cobrança de Licença Especial (Prêmio).

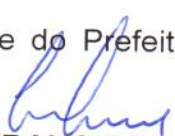
O servidor referido neste Projeto de Lei ingressou com a ação de cobrança, visto que a Lei nº 1120/14 de 26/10/14, que definiu condições de pagamento aos servidores efetivos de Licença Especial (Prêmio) não gozada, é posterior a rescisão do contrato empregatício do mesmo.

O valor a ser pago é quase que a totalidade do valor atribuído, até porque o Município já reconhece o direito.

A servidora era Agente de Saúde fez concurso, e logrou êxito, para o cargo de Técnica de Enfermagem, e na sua rescisão em 09/06/14, este valor não foi pago, pois a lei que autorizou este tipo de despesa é posterior.

Diante do exposto, esperamos que este Projeto de lei, seja aprovado em sua totalidade.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 13 de setembro de 2016.


GERSO FRANCISCO GUSSO
PREFEITO MUNICIPAL